

UM GRITO NO AR

Comunicação e Criminalização dos
Movimentos Sociais



Organizadoras

Elen Geraldes
Janara Sousa
Ruth Reis
Vanessa Negrini



Universidade de Brasília



FAC
LIVROS

Um grito no ar

Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais

Organizadoras

Elen Cristina Geraldês | Ruth de Cássia dos Reis

Janara Kalline Leal Lopes de Sousa | Vanessa Negrini



Copyright © 2017 by FAC-UnB

Foto Capa Daniel Castellano (Gazeta do Povo)
Agradecimentos Ângela Alves Machado
Diagramação LaPCom
Apoio Lizely Borges



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac@unb.br

DIRETOR
Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA
Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldes, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cíclia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard
Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti
(UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo
Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng
(Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

SECRETARIA EDITORIAL

Vanessa Negrini

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

S725m

Um grito no ar – Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais /
organizadores, Elen Cristina Geraldes... [et al.] – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2017.
344 p.; 21,59x27,94cm.

ISBN 978-85-93078-24-8

1. Comunicação. 2. Movimentos sociais. I. Título.

CDD: 305.4

CDU: 305-055.2

DIREITOS CEDIDOS PARA ESTA EDIÇÃO PARA A FAC-UNB.
Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| ALEXANDRE MARCELO BUENO..... | 9 |
| MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS SIMULACROS | |
| ANA JÚLIA RIBEIRO | 26 |
| A MÍDIA QUER NOS COLOCAR PARA BAIXO | |
| ANINHO MUCUMDRAMO IRACHANDE | 30 |
| IDENTIDADE, REIVINDICAÇÕES E DIÁLOGO | |
| BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE | 34 |
| EM DEFESA DA REGULAÇÃO DA MÍDIA | |
| BRUNELA VINCENZI..... | 47 |
| PELAS NARRATIVAS DOS REFUGIADOS | |
| CARLA CERQUEIRA..... | 52 |
| MARCAS DA DITADURA EM PORTUGAL | |
| CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO | 59 |
| LUTA ÁRDUA, PENOSA E DURADOURA | |
| CICILIA M.KROHLING PERUZZO | 65 |
| MOVIMENTOS POPULARES ENTRE A OMISSÃO, A SUPERFICIALIDADE OU A CRIMINALIZAÇÃO DA MÍDIA | |
| CLAUDIA SANTIAGO GIANNOTTI | 71 |
| SÍNDROME DO PENSAMENTO ÚNICO | |
| DÁRIO BOSSI..... | 76 |
| DIREITOS AMBIENTAIS SÃO DIREITOS HUMANOS | |
| DEOLINDA CARRIZO | 90 |
| A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS | |
| EDNA CALABREZ MARTINS..... | 94 |
| ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES | |
| ERIKA CAMPELO..... | 108 |
| DESCONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE AS MINORIAS | |
| FRANCESCA GARGALLO..... | 119 |
| FEMINISMO COMO AÇÃO POLÍTICA | |
| FREI SERGIO ANTONIO GÖRGEN | 134 |

| | |
|--|------------|
| TEMOS UMA CAUSA E NELA ESTÁ A NOSSA FORÇA | |
| GIOVANNI FELIPE ERNST FRIZZO | 142 |
| VALORIZAÇÃO DA IMPRENSA CONTRA-HEGEMÔNICA | |
| JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO GALIZA | 150 |
| CONVENCER A SOCIEDADE DE QUE NOSSAS PAUTAS SÃO VÁLIDAS | |
| JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ | 157 |
| VALE A PENA LUTAR E SE ORGANIZAR | |
| KEILA SIMPSON | 166 |
| CIDADANIA DAS PESSOAS TRANS | |
| LAM MATOS | 173 |
| PRESSA DE VIVER DE FORMA DIGNA | |
| LYDIA ALPIZAR | 179 |
| DEFENDER AS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS | |
| MÁRCIO ZONTA | 193 |
| EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA | |
| MARCOS WILLIAN CAMPOS DE OLIVEIRA | 197 |
| QUEBRANDO A BLINDAGEM DA MÍDIA TRADICIONAL | |
| MARIA EDUARDA DA ROCHA MOTA | 206 |
| TRABALHO DE BASE E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA | |
| MARIA LUCIA LOPES DA SILVA | 217 |
| RESISTÊNCIA AO PROJETO NEOLIBERAL | |
| MARINA POGGI | 232 |
| LA SOCIEDAD EN RED ACTUALIZA LOS MOVIMIENTOS SOCIALES E SUS LUCHAS | |
| MIGUEL STEDILE SOLANGE ENGELMANN IRIS PACHECO | 242 |
| COMUNICAÇÃO E ORGANICIDADE DO MST | |
| MÔNICA CUNHA | 259 |
| NÃO SE PODE MATAR NOSSOS FILHOS E NOS MANTER CALADAS | |
| OMAR CERRILLO GARNICA | 265 |
| ATIVISMO DIGITAL NO MÉXICO | |
| PRISCILA GAMA | 272 |
| AÇÕES AFIRMATIVAS CONTRA O RACISMO | |
| RAFAEL FORTES | 277 |

| | |
|---|------------|
| AI DE QUEM QUEBRAR A VIDRAÇA DE UM BANCO | |
| RENATO JANINE RIBEIRO | 288 |
| A POLÍTICA PRECISA DE DIÁLOGO | |
| ROMERO JÚNIOR VENÂNCIO SILVA | 298 |
| A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ PRÓPRIA DOS TRABALHADORES | |
| ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA | 305 |
| DESAFIOS DOS ATIVISTAS EM AMBIENTES SOCIAIS INTERCONECTADOS | |
| TÂNIA CRISTINA CRUZ | 311 |
| HOJE É MAIS DIFÍCIL DILUIR OU VIOLENTAR DIREITOS POPULARES | |
| TÂNIA MARIA SILVEIRA | 316 |
| QUALQUER GRITO NO AR É UM INCENTIVO | |
| THIAGO APARECIDO TRINDADE | 325 |
| MOMENTO DE REARTICULAÇÃO E REAGRUPAMENTO DA ESQUERDA | |
| VAGNER FREITAS | 337 |
| SER VISÍVEL É QUESTÃO CENTRAL | |
| A CAPA | 342 |
| AS ORGANIZADORAS | 343 |

“E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)

“O Estado foi quem mudou. O movimento social foi quem mudou o Estado. E a mudança do Estado faz com que ampliem as formas de luta pelos direitos sociais.”

TÂNIA MARIA SILVEIRA

Qualquer grito no ar é um incentivo

Milena Mangabeira da Silva¹

Tânia Maria Silveira é graduada em Serviço Social pela Faculdade Salesiana de Vitória, especialista em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica de Lyon, França, e Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Foi docente e coordenadora do curso de Serviço Social na Faculdade de Ciências Gerenciais (Facig), em Manhuaçu-MG. É assessora do Departamento Pastoral da Arquidiocese de Vitória/ES e integrante voluntária do Fórum Estadual em Defesa da Bacia do Rio Doce. Nascida em Iúna, na região sul do Espírito Santo, iniciou sua militância política em 1984. Ativa nos movimentos sociais, tem trajetória ligada ao movimento nacional e internacional de Direitos Humanos e movimento indígena, fazendo parte do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) por mais de 12 anos (1986 – 1998). Atuou no Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) e, no Espírito Santo, no Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CADH) e Centro de Atendimento às Vítimas de Violência (CEAV), ambos em Vitória, além de compor o Fórum Reage Espírito Santo Contra a Violência e a Impunidade, que investigou a atuação de milicianos da Escuderia Detetive Le Cocq, ligados a políticos e organismos do Estado, entre os anos 80 e a primeira década dos anos 2000. Também foi responsável pelo tema Direitos Humanos no gabinete da ex-deputada federal capixaba pelo PT, Iriny Lopes, entre os anos de 2003 e 2010.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES, graduada em Jornalismo pela UFES; Pesquisadora do Laboratório de Estudos em Imagem e Cibercultura da UFES (LABIC). E-mail: milena.manga@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Muito embora existam diferentes definições sobre o movimento social, que é um longo debate acadêmico, eu parto da seguinte definição, apesar de muito ampla, que abarca tudo o que eu vivenciei e o que eu compreendo sobre este tema: movimento social é uma ação coletiva de um grupo organizado com o objetivo de alcançar mudanças sociais por meio de embate político. O movimento social é a sociedade civil organizada, ou seja, grupos sociais que se articulam efetivamente. Nós temos ao longo da história mundial, brasileira e capixaba uma presença permanente dos movimentos sociais. Se pegarmos a história do Brasil podemos destacar, no século XVI, a Confederação dos Tamoios, articulando os índios daqui com os índios do Rio de Janeiro, numa luta contra a escravidão, que resultou na vitória dos Tupinambás contra os portugueses. Depois nós temos a Insurreição Pernambucana em 1645. Uma guerra de índios, escravos, portugueses e brasileiros liderados pelo fazendeiro João Fernandes Vieira contra os holandeses por causa da cobrança de impostos. No século seguinte, tivemos a Inconfidência Mineira em 1789, também uma luta decorrente da questão dos impostos. Ou seja, nós estamos sempre falando que é a sociedade contra o Estado enfrentando determinadas políticas que a sacrificam para além do suportável. Neste sentido, a luta contra a escravidão no Brasil, que atravessa mais de três séculos, é repleta de movimentos sociais abolicionistas. Outra história interessante é a Guerra de Canudos em 1896, uma guerra dos sertanejos pobres e flagelados pela seca contra o Estado, sob a liderança de um peregrino, o Antônio Conselheiro. Se analisarmos a história brasileira, veremos que ela é rica em movimentos sociais, de acordo com a definição que dei anteriormente de serem grupos organizados que entram em confronto por direitos, por superação de políticas do Estado que estão em desacordo com o que desejam.

No início do século XX, nos anos 30, temos a Revolução Constitucionalista, quando o Brasil começa a instalar suas bases industriais. A população não tinha proteção social, então, num momento específico do governo de Getúlio Vargas a legislação social começa a se estabelecer, sempre a partir de diversas ações de segmentos de trabalhadores que lutam em favor dos seus direitos. Daí vem a constituição das leis sociais de amparo aos trabalhadores e a todos os necessitados, idosos, crianças, etc. Antes, não havia previdência ou regulação de proteção ao trabalhador, com limite de jornada trabalhada, pagamento de horas extras ou idade mínima para trabalhar. A CLT surge nesta época. É um período em que se começa a regulamentar em leis as conquistas sociais de proteção às pessoas.

Em outro momento do século XX temos a Constituição de 88, que foi um marco na história brasileira por ter estabelecido um diferencial sobre o conceito de democracia. A democracia passa a abranger os aspectos da vida civil, não somente uma democracia política; a vida civil passa a ser incorporada no que é chamado de Estado Democrático de Direito. Fazendo essa

retrospectiva da história brasileira, nós observamos que temos mudanças no perfil da sociedade brasileira e mudanças de contexto. Não é o movimento social que muda em seu papel, o que muda é a sociedade e o seu contexto, e ao mudar surgem novas pautas ou novas formas de fazer movimentos sociais. É a sociedade contra o Estado para ampliar seus direitos e repudiar ações violentas do Estado e também para transformá-lo.

Temos pautas gerais, em que toda a sociedade participa, como a das Diretas Já e todo o movimento pós-ditadura de 1964, ou pautas específicas, como a dos índios, que tiveram uma luta exemplar na Constituinte de 1988, pois até então, eles não tinham seus direitos assegurados na Constituição Brasileira. Eu participei da articulação dos índios junto ao CIMI (Conselho Indigenista Missionário²), que, na Constituinte de 88, foi uma das organizações de apoio de maior empenho na defesa dos direitos indígenas. E eles conseguiram os artigos 231³ e 232⁴ da Constituição que estão lá, pela primeira vez, assegurando direitos aos povos indígenas. Portanto, sejam lutas para repudiar violência, sejam lutas para conquistar novos direitos, a sociedade se levanta por inteiro ou segmentos da sociedade se levantam para realizar estas ações por mudanças.

A partir da Constituição de 88, graças às lutas populares que se adensaram na década de 1970, é que foi possível assegurar a participação popular na condução de políticas estatais e decisões legislativas, por meio de conselhos gestores de políticas públicas em todos os níveis (federal, estadual e municipal) e de propostas de lei de iniciativa popular. Portanto, há uma mudança da sociedade e uma mudança de contexto em que se cristaliza a compreensão de incluir a sociedade nos processos de decisão do poder público. Vemos então a formação dos conselhos deliberativos nos quais as organizações não-governamentais têm assento formalmente equivalente ao número de representantes do poder público. Nós passamos a constituir um modelo de Estado que envolve a sociedade organizada. Nós temos os movimentos sociais sentados à mesa, debatendo com os representantes do Estado e, ao mesmo tempo, fazendo suas lutas e enfrentamentos quando o diálogo não alcança resultados.

Se o papel dos movimentos sociais continua o mesmo, a forma de atuar é que muda conforme as circunstâncias históricas ou espaciais. Apesar de idealmente termos a perspectiva de que a luta pode ser resolvida pela negociação racional democrática, há sempre a ameaça de que a política “olho por olho, dente por dente” se fortaleça, em especial neste momento de acirramento dos conflitos no Brasil por causa da disputa pelas questões sociais. Vivemos, hoje, um momento

² O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) é organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criado em 1972, em um momento em que o Estado brasileiro assumia uma posição de integração dos povos indígenas à sociedade. Respeitando o protagonismo dos indígenas, o CIMI foi criado para reforçar e garantir direitos, por meio da luta, ao lado desses povos.

³ Art. 231. “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

⁴ Art. 232. “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”.

inusitado, pois a elite brasileira se articula para suprimir os avanços alcançados na proteção social, com medidas que restringem recursos públicos para os setores populares - agricultura camponesa, estudantes com baixa-renda, programas sociais, dentre outros - e propostas de reformas legislativas, trabalhista e previdenciária, que retrocedem a seguridade social às precárias condições que antecederam a Era Vargas. Portanto, ainda hoje há situações em que os movimentos sociais se deparam com o confronto, até mesmo armado, como é o caso dos índios, dos Sem Terra, dos Sem Teto e dos movimentos de rua. Há outras em que a alternativa é a denúncia ao Ministério Público, Defensoria Pública ou organismos internacionais de direitos humanos, que é outro canal de luta importante. Outra forma de atuação é o relacionamento direto com o Estado por meio dos Conselhos em que os movimentos sociais têm assento e estão dia a dia atuando em prol de políticas públicas para ampliar direitos, como já colocamos antes.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Obviamente que antes e depois de 1988 nós tivemos mudanças, ainda que não tenha um comparativo material, mas a meu ver mudou bastante. Até 88, eu trabalhava com os índios Pataxó Hã-Hã-Hães, no sul da Bahia. Os fazendeiros e os Pataxós lutavam por terras; hoje os índios já conseguiram todas as terras. Os fazendeiros iam para os jornais e falavam assim “as terras são nossas e nós estamos indo ao Paraguai buscar aviões de armas para defender as nossas terras”. Ora, buscar armas no Paraguai era um ato clandestino e ilegal, mas eles vinham abertamente para a imprensa, e a imprensa local de Itabuna e Ilhéus noticiava que os fazendeiros estavam buscando aviões de armas para defender suas terras dos índios. Ninguém era preso ou processado por dar uma declaração dessas. Nem o veículo, nem os fazendeiros que diziam o que estavam fazendo. Por quê? Porque havia uma segurança de que o Estado não criminalizaria este tipo de ato; e os índios também se armavam com o que podiam para sua defesa. Nós tínhamos uma situação de confronto armado. O CIMI de Itabuna tem nos acervos toda essa história.

A Anistia Internacional considerou, em 1985, a luta dos Pataxó Hã-Hã-Hães como o maior conflito étnico do mundo devido ao grande acirramento entre índios e fazendeiros. Eram 400 fazendeiros donos de cacau e um grupo de índios reivindicando 56 mil hectares de terra, o filé mignon do cacau. Foi uma briga muito dura. A imprensa noticiava claramente em prol dos produtores. Os veículos de comunicação tomavam o lado dos fazendeiros e os índios eram tratados como bandidos que estavam ali roubando o direito de nobres fazendeiros e estes estavam sendo ameaçados. Os índios eram mostrados como os ilegítimos e os fazendeiros como os legítimos donos das terras, quando deveria ser ao contrário. Tanto era ao contrário que hoje os índios estão lá com os 56 mil hectares de terras recuperadas, e os fazendeiros, os maiores da região, tiveram que ceder. Josaphat Marinho era senador da República e seu escritório era quem defendia os

fazendeiros. Os fazendeiros perderam, Josaphat Marinho perdeu, porque errados eram eles, no entanto, a imprensa noticiava que os índios eram um bando de usurpadores.

A partir da Constituição de 88 foi estabelecido o Estado Democrático de Direito, mas ainda hoje existem veículos de comunicação que noticiam se posicionando como representantes da sociedade e tachando de bandidos e usurpadores os líderes ou ativistas de um processo de reivindicação de direitos ou de contestação de uma violação. Mas hoje, a imprensa tem tido mais cuidado na manipulação dos fatos. Saltando de lá para cá, temos o caso da Samarco, que cometeu um crime ambiental em Mariana (MG), que levou à contaminação do Rio Doce, que atravessa Minas e Espírito Santo. A Gazeta (ES) publicou duas páginas, no mês em que aconteceu o chamado acidente, com entrevista de um professor da UFRJ assegurando como pesquisador que as toneladas de resíduos que saíram da barragem não apresentavam problemas, e que com seis meses o rio estaria limpo, pois bastaria chegar o período da chuva para as enchentes lavarem aquela massa alaranjada e tudo voltar à normalidade.

O crime aconteceu dia 5 [de novembro de 2015], no dia 15 nós estávamos instalando o Fórum Estadual em Defesa da Bacia do Rio Doce, coordenado pelo presidente da CJP [Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória] e com a participação de 80 entidades filiadas. Ao constituirmos o Fórum, fomos direto para os organismos internacionais, porque a gente sabe que se formos bater aqui não tem jeito. Com um mês, conseguimos que o relator para a questão de resíduos tóxicos da ONU soltasse uma nota dizendo que a sociedade tem direito às informações sobre a contaminação do Rio Doce e todos os riscos decorrentes dela. Quando a ONU soltou essa carta, a imprensa noticiou e o Instituto de Águas de Minas Gerais desengavetou o laudo com a informação de que os resíduos eram tóxicos. Mas precisou que a sociedade civil se organizasse, que nós fôssemos ao alto comissariado de Direitos Humanos da ONU, que conseguíssemos a manifestação do relator para então o Instituto de Águas de Minas declarar publicamente que a água era contaminada. Eles já tinham o laudo. Com isso, conseguimos com que a mídia noticiasse. Antes, nós tentávamos falar na imprensa e aqui, no Espírito Santo, só o Século Diário⁵ deu a informação, mais ninguém noticiava as denúncias e manifestações do Fórum. Nenhum outro veículo noticiava o desastre a não ser de uma forma que fosse para confortar, para assegurar à sociedade que não havia riscos. Tanto que o prefeito de Colatina (ES), Leonardo Deptulski, para comprovar que não havia riscos bebeu a água do rio, ao vivo no Bom dia ES, da TV Gazeta. E hoje todos nós sabemos que o rio está altamente contaminado graças ao Fórum, e agora também graças a outros fóruns que foram se constituindo ao longo do tempo, denunciando, comprovando e trazendo à tona informações para a sociedade. Hoje já não tem mais como esconder que o rio inteiro está poluído e com problemas graves.

Vejamos a situação dos índios Tupiniquim e Guarani aqui, no Espírito Santo: até conseguirmos a homologação do governo federal sobre propriedade das terras que são deles, a postura da Rede

⁵ O Século Diário é um site de notícias do Espírito Santo que tem como premissa uma “orientação editorial independente e foco na interpretação dos fatos”, descrito no próprio site. Seu principal foco é a política estadual.

Gazeta era de defesa da Aracruz Celulose, hoje Fibria, que ocupou a propriedade com eucaliptos⁶. Nós não podíamos ser ouvidos pelos jornalistas, e se o repórter nos ouvisse, o que era registrado não era noticiado ou era distorcido.

Outro exemplo, a Rodosol e a cobrança de pedágio da Terceira Ponte, em Vitória: pouco foi veiculado que, por anos, essa empresa cobrou pedágio acima do devido e tem R\$ 45 milhões apropriados indevidamente, mas ninguém nem conversa sobre devolução. Os meninos que lideravam os estudantes e o movimento contra o aumento da passagem, de 2013, conseguiram a auditoria da Rodosol. Foram acusados, processados, criminalizados, embora eles estivessem fazendo uma ação que toda a sociedade aplaudia visando apurar questões acerca daquele pedágio. E ganharam! Os meninos estavam certos, mas respondem judicialmente porque se contrapuseram ao Estado que dizia estar certa a cobrança do pedágio⁷.

Mais um exemplo foi esse momento da greve da Polícia Militar que vivemos em fevereiro deste ano. Se a igreja católica não entrasse junto com o Movimento de Direitos Humanos, o número de mortos estaria completamente escondido, porque não interessava ao Estado mostrar que por conta das forças de segurança estarem em greve a sociedade estava em risco.

Há inúmeras situações que poderiam ser mencionadas aqui que evidenciam a cobertura manipuladora do jornalismo sempre que envolve movimentos sociais, mas, em geral, podemos observar a seguinte estratégia da imprensa: num primeiro momento temos a omissão dos veículos. Num segundo momento, a cumplicidade para com os segmentos hegemônicos, com falsas afirmações que contestam o que a sociedade está dizendo. Então, se veicula notícia não-verdadeira, mas com fontes credenciadas para atestar o que estão dizendo, forjando uma versão dos fatos que não corresponde ao real. Quando não pode mais ignorar porque chega um momento em que não há mais como negar, como no caso do relator da ONU sobre o Rio Doce, começam a aparecerem os fatos, mas ainda com uma versão de que os movimentos estão exagerando, de que não é bem assim, então têm que distorcer. Quando não há mais como

⁶ Foram cerca de 50 anos de luta dos índios Tupiniquim e Guarani contra a então Aracruz Celulose, hoje Fibria. Parte das terras dos índios foi apropriada pela empresa no período da ditadura militar para o plantio de eucalipto. Apesar da reconquista de 18.154,93 hectares de terras indígenas no Espírito Santo, processo que começou em 1994 e só terminou em 2015, o território não é mais fértil e/ou não possui mais mata nativa, uma vez que a Aracruz Celulose devastou a biodiversidade da região para o plantio de eucaliptos.

⁷ Nas manifestações de junho de 2013, mais de 100 mil capixabas foram às ruas protestar e defender pautas diversas, tendo como específica da região o fim da cobrança e retirada do pedágio da ponte Darcy Castello de Mendonça, popularmente conhecida como Terceira Ponte, que liga as cidades de Vitória e Vila Velha. Os protestos renderam logo no mês seguinte a abertura de uma auditoria do contrato entre a Rodosol e o Governo do Estado. Em abril de 2014, após relatório preliminar indicar desequilíbrio de quase R\$ 800 milhões no contrato, o então governador Renato Casagrande (PSB) decretou a suspensão por tempo indeterminado da cobrança do pedágio sob alegação de que os custos da ponte já haviam sido quitados. No entanto, o Tribunal de Justiça do Estado (TJES), com decisão da desembargadora Eliana Junqueira Munhós Ferreira, da 3ª Câmara Cível do Tribunal, decretou a retomada da cobrança para o dia 29 de dezembro do mesmo ano. O valor que vigora hoje é de R\$ 1,00 para automóveis, quase metade dos R\$ 1,90 que eram cobrados antes das manifestações de 2013.

distorcer, vem o embate de opiniões. Os veículos tradicionais credenciados por concessão, majoritariamente, forjam verdades.

Por exemplo, a greve geral que paralisou no dia 28 de abril 40 milhões de trabalhadores nas ruas. Qual é a versão alimentada pela mídia nacional? “A greve foi um fracasso!”, ou que foi uma greve de sindicalistas porque a reforma retirou o imposto sindical. A mídia não considera que o país parou. Não há uma notícia “O país parou!”. Não. Por quê? Porque a mídia tem sido um canal de comunicação oficial. Oficial não no sentido do interesse do governante, pois nem sempre é assim, mas dos grupos dominantes da sociedade. Daí, os grupos dominados que estão se insurgindo têm que ser silenciados. Quando não conseguem silenciar, eles têm que ser deslegitimados. E mais, quando não se consegue deslegitimar, o caminho é criminalizar. É uma sequência. A mídia cumpre um papel de reafirmação dos grupos dominantes. Hoje, com a internet, temos outro quadro. As coisas mudaram com as novas tecnologias na virada para os anos 2000 de forma decisiva, porque não há mais somente a imprensa tradicional para dizer o que está acontecendo no mundo. Configura-se uma nova realidade, um novo contexto.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Sim, principalmente essa imprensa tradicional. A imprensa independente como o Século Diário aqui no Espírito Santo, emite a opinião que julga adequada por não ter nenhum tipo de vínculo de negociata com setores públicos ou privados que o proibem de falar algo. Vemos verdadeiramente a imprensa livre nos veículos de internet, mais autônomos, por justamente não estarem fechados na imprensa como negócio.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Sobre a vinculação política e ideológica dos principais veículos de comunicação do Brasil, convém destacar que o sistema de telecomunicação brasileiro funciona através de concessão pública do Estado aos operadores privados, portanto a outorga para operação ocorre através de relações políticas e ideológicas entre os governos de plantão e os concessionários. Durante a ditadura, foram os governos militares com sua visão ideológica e sua forma de exercer a política; agora, na democracia, são os governos civis de diferentes matizes política e ideológica. Os concessionários têm sido as empresas de famílias brasileiras poderosas. Quais as relações que ocorrem entre eles? Relações de afinidade política e ideológica, de interesses e propósitos compartilhados, de cumplicidade e compromisso de autoproteção, dentre outras. Por exemplo, a família do Roberto Marinho e sua Rede Globo que sustenta os interesses das grandes corporações

capitalistas em território brasileiro e, por isso, detém a concessão da principal rede de telecomunicação brasileira.

Outro dado importante é a capacidade dos meios de comunicação de influenciar a opinião pública. Dados da PNAD informam que, em 2015, os domicílios brasileiros com TV eram 97%, com rádio 69%, com acesso à internet 40%. Portanto, há predominância da TV enquanto veículo de informação e formador de opinião. Vale dizer que, apesar da globalização das telecomunicações e da tendência à portabilidade e mobilidade da TV, ainda prevalecem os conteúdos locais de informação e entretenimento cujo propósito é exercer a influência política e ideológica sobre a população.

As consequências disso para os movimentos sociais já foram faladas anteriormente: por mais que seja pertinente a reivindicação ou a contestação feita por eles, haverá sempre a negação ou a distorção desta informação. Então, a opinião pública desinformada ou mal informada terá dificuldades de dar sustentação, apoio, adesão aos propósitos da sociedade civil organizada. Consequentemente, para os movimentos sociais alcançarem adesão as suas ações é preciso ter estratégias muito bem elaboradas, caso contrário será derrotado.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

Sempre. Em minha história de militância, uma coisa que eu melhor aprendi e, por sorte, aprendi rápido e cedo, foi que se conseguíssemos algum órgão internacional dando uma notícia de fora para dentro do país, a gente conseguiria que a imprensa nacional falasse e noticiasse aquilo que estávamos fazendo. Se não conseguíssemos esse contato, dificilmente passaríamos na mídia. Por isso, o primeiro esforço deve ser buscar um organismo internacional de direitos humanos para poder falar ou uma entidade internacional de direitos humanos para dar uma declaração tipo a Anistia Internacional, que tem peso na opinião pública. Então, se eles falam, nós saímos até no *The New York Times* como nós saímos com o Fórum Reage Espírito Santo: contra a violência e a impunidade. Um órgão internacional para a imprensa brasileira é o que legitima o movimento. O Estado que tem a lei, que tem a obrigação institucional de avaliar se aquilo é justo, devido e correto não faz por conta própria ou raramente faz. Majoritariamente a atitude é ignorar, deslegitimar e ganhar tempo, ganhar tempo e, se possível, criminalizar e, com isso, descredenciar quem está em oposição. E se a gente encontra respaldo internacional, significa que a gente não está falando aleatoriamente, sem base.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

A importância é que a imprensa cria uma opinião pública. Contra ou a favor, a imprensa cria uma opinião. Por exemplo, não é só na periferia das cidades que acontecem atos violentos. No entanto, a opinião pública sustenta que a periferia é perigosa. Lamentavelmente, na maioria das lutas sociais de contestação de violações ou de reivindicação de direitos, elas são ignoradas ou deslegitimadas pelos meios de comunicação.

Considero que a estratégia de comunicação possível para os movimentos sociais e já vêm sendo exploradas, é através das novas tecnologias. Por meio delas, tenho observado possibilidades muito interessantes de movimentos autônomos. Lembro das manifestações de 2013, que, antes de se tornarem volumosas, os meninos faziam streaming pela internet, sem a mediação da mídia tradicional. É esse tipo de ação que está derrubando a hegemonia dos tradicionais mediadores da informação.

Considerações finais

Há um grito parado no ar porque, primeiro, qualquer grito se bem organizado pelas novas tecnologias de informação e comunicação ganha o mundo e se espalha. Qualquer grito no ar para mim é um incentivo, uma força. Um grupo organizado que tiver uma verdade em sua causa, seja uma reivindicação de um direito ou uma denúncia de uma violação, qualquer grito pode se espalhar, se tiver meios para isso que não as mídias tradicionais que estão sob o controle de alguém. Não precisamos de ficar no isolamento. E há muitos gritos mundo afora, por existirem muitas violações, muitos direitos a serem conquistados, pessoas de vários cantos do mundo que estão sofrendo coisas absurdas. Eu, por exemplo, não consigo acompanhar todas as pautas que estão acontecendo pelo mundo por se darem ao mesmo tempo, ou melhor, coisas que estão sendo noticiadas agora e não eram antes. A tendência é acompanhar o que é mais impactante. E a mídia tem uma tendência ao drama de uma maneira perigosa. Para chamar atenção, há grupos que estão gravando homicídios, como para colocarem suas pautas em destaque porque sequestros já não são mais suficientes para atrair a atenção. Mensurar estas questões é o grande desafio da mídia e dos movimentos, conseguir hierarquizar neste mundo globalizado o que devemos prestar atenção. Como hierarquizar esses gritos todos de maneira que se façam ouvir efetivamente? Esse é um desafio que o movimento social vai precisar superar, e também o próprio Estado porque, de certa forma, o movimento social atua junto ao Estado ou incide sobre ele.

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)



Universidade de Brasília

